

## **A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ESFERA PÚBLICA: POR UMA PERSPECTIVA DA CIDADANIA DELIBERATIVA**

**BIANCA MICHALSKY MARTINS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

michalskybianca@gmail.com

**JÉSSICA VILELA GOMES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

jgomes@admpublica.ufla.br

**JOSIEL LOPES VALADARES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

adm\_josiel@yahoo.com.br

## **Introdução**

A inclusão é um discurso promissor no contexto contemporâneo. Segundo, Mazzota e D'antino (2011) esse discurso tornou-se um lema, sobretudo a partir dos anos 1980, que impulsionou e impulsiona movimentos sociais e também a implementação de políticas públicas. Se tomarmos pelo ponto de vista das empresas, é um prato cheio para garantia de sua responsabilidade social e corporativa.

## **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Como a formação de uma esfera pública sobre inclusão pode contribuir para o desenvolvimento ou estimulação da cidadania deliberativa de pessoas com deficiência no sistema democrático contemporâneo? Esta pesquisa tem por objetivo discutir a inclusão da pessoa com deficiência na esfera pública do município de Lavras, Minas Gerais.

## **Fundamentação Teórica**

“Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, como são preparadas para assumir seus papéis na sociedade” (SIMONELLI e CAMAROTTO, 2011, p. 13). Cidadania deliberativa “significa que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa” (TENÓRIO, 2005, p. 105).

## **Metodologia**

Esta pesquisa qualitativa tem um caráter descritivo e analítico baseia-se em dados documentais, entrevistas e observação (diário de campo). Para análise dos dados utilizou-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) que segundo Gil (1990, p. 163) é “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto nas comunicações”.

## **Análise dos Resultados**

Como visto há ainda um espaço para conquistas importantes no que tange às políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no município, pois apesar de haver organizações inclusive conselho gestor representativo dos interesses desses grupos ainda falta articulação em termos institucionais para que sejam implementadas políticas efetivas. Especificamente, cabe mencionar o grau de atuação do conselho gestor da pessoa com deficiência no município.

## **Conclusão**

Em termos gerais, os resultados desta pesquisa apontam-se para a existência de um espaço para conquistas importantes no que tange às políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no município, sobretudo, no estabelecimento de tecnologias para que garantem o acesso dessas pessoas nos meios institucionais e também no mercado de trabalho.

## **Referências Bibliográficas**

TENÓRIO, F. (Re)visitando o conceito de gestão social. Desenvolvimento em Questão, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, p.p. 101-124, 2005.  
SIMONELLI, A. P.; CAMAROTTO, J. A. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. Gest. Prod., São Carlos, v. 18, n. 1, p. 13-26, 2011.  
SELLA, Ana. C.; MULLER, Maria C. É possível a ética do discurso de Habermas para pessoas com deficiência? Rev. Bras. Ed. Esp., 2011.

## **A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ESFERA PÚBLICA: POR UMA PERSPECTIVA DA CIDADANIA DELIBERATIVA**

**Resumo:** Esta pesquisa tem por objetivo discutir a inclusão da pessoa com deficiência na esfera pública do município de Lavras, Minas Gerais. Considera-se que discutir este tema é ampliar o debate sobre a inclusão a pessoa com deficiência na gestão pública contemporânea para além da acessibilidade, ou seja, compreender a inclusão como um processo de emancipação do indivíduo no que tange à sua participação nas decisões políticas. Em termos metodológicos, esta pesquisa qualitativa se baseia em dados bibliográficos, entrevistas e observação (diário de campo). Em termos gerais, os resultados desta pesquisa apontam-se para a existência de um espaço para conquistas importantes no que tange às políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no município, sobretudo, no estabelecimento de tecnologias para que garantem o acesso dessas pessoas nos meios institucionais e também no mercado de trabalho.

**Palavras Chave:** Inclusão. Gestão Pública. Pessoas com deficiência.

### **1 INTRODUÇÃO**

A inclusão é um discurso promissor no contexto contemporâneo. Segundo, Mazzota e D'antino (2011) esse discurso tornou-se um lema, sobretudo a partir dos anos 1980, que impulsionou e impulsiona movimentos sociais e também a implementação de políticas públicas. Se tomarmos pelo ponto de vista das empresas, é um prato cheio para garantia de sua responsabilidade social e corporativa. Do ponto de vista das pessoas, vê-se esse discurso amparado pela necessidade da imagem do politicamente correto e de ser “boa praça”. Do ponto de vista da administração pública, serve de promoção de candidatos e de âncora para discursos ideológicos. No entanto, a distribuição e o consumo do discurso da inclusão tem um ator que por mais que interessado, tanto as empresas, quanto as pessoas e o Estado tem deixado de lado: a pessoa com deficiência.

Discutir este tema, sem as pessoas com deficiência torna-se apenas uma retórica do politicamente correto. No entanto, ao estabelecer laços com as pessoas com deficiência o debate torna-se amplo, o que de certa forma, perfaz a construção desta pesquisa. O debate sobre a inclusão a pessoa com deficiência na gestão pública contemporânea, é tomado nesta pesquisa, portanto, para além da acessibilidade, ou seja, busca-se compreender a inclusão como um processo de emancipação do indivíduo no que tange à sua participação nas decisões políticas. Em outras palavras, inclusão aqui pode ser entendida como o processo de formação cidadã da pessoa com deficiência e a garantia de seus direitos. Entende-se por cidadania o conceito definido por Thomas Humphrey Marshall na obra “Cidadania, Classe Social e Status” em 1967 quando estabelece que a cidadania seja compreendida pelos direitos civis, políticos e sociais. Nesta perspectiva, os direitos civis são relacionados à liberdade individual (das pessoas, de fala, pensamento, propriedade e religião) e justiça. Os políticos se referem ao direito de participar do exercício do poder - votar e ser votado. E o social, à segurança, bem-estar, educação e outros serviços sociais. Além disso, complementa-se o tema cidadania com o conceito de cidadania deliberativa definida por Fernando Tenório (2005) que vai além de se ter direitos civis, políticos e sociais. De acordo com esta perspectiva, a cidadania deliberativa está relacionada com o fato da legitimidade das decisões políticas terem origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. A possibilidade de inclusão de pessoas com deficiências na esfera pública, desta forma, surge como um movimento importante para a garantia de uma gestão pública mais participativa.

Diante desta contextualização, emerge como questão de pesquisa: como a formação de uma esfera pública sobre inclusão pode contribuir para o desenvolvimento ou estimulação da cidadania deliberativa de pessoas com deficiência no sistema democrático contemporâneo? Esta pesquisa tem por objetivo discutir a inclusão da pessoa com deficiência na esfera pública

do município de Lavras, Minas Gerais. Justifica-se pela ampliação do tema em questão através de ações voltadas para a conscientização do processo de formação e inclusão da pessoa com deficiência, tanto no mercado de trabalho, como na opinião pública. Especificamente, pretende-se diagnosticar que tipo de ações/ políticas públicas tem sido implementadas para a formação de uma cidadania deliberativa das pessoas com deficiência em Lavras; estabelecendo parcerias com as organizações governamentais, privadas e da sociedade civil relacionada às pessoas com deficiência em Lavras por meio da realização de oficinas, jornadas e intervenções sociais; divulgando, difundindo e ensinando a prática da cidadania deliberativa como instrumento de inclusão de pessoas deficientes na esfera pública.

Esta pesquisa, desta maneira, justifica-se pelo seu atual potencial de análise de uma questão pública importante que é o exercício da cidadania. Além desta introdução, está estruturada em mais quatro seções. Na primeira evidencia-se apontamentos sobre a inclusão da pessoa com deficiência. Na segunda, analisa-se os principais fundamentos de formação do conceito de cidadania deliberativa, central para análise desta pesquisa. Na terceira são descritos os procedimentos metodológicos desta pesquisa e, na quarta e última seção, são feitas as considerações finais deste trabalho.

## **2 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A inclusão das pessoas com deficiência é um assunto que vem sendo discutido cada vez mais nos dias de hoje, e é um assunto de suma importância para formação de cidadãos. Mas será que têm sido colocadas em prática todas essas discussões e as várias políticas públicas de inclusão? Segundo Instituto Ethos (2002, p. 7) a inclusão faz parte do compromisso ético de promover a diversidade, respeitar a diferença e reduzir as desigualdades sociais. Isto coloca a inclusão de pessoas com deficiência entre os temas mais importantes a serem tratados pelas empresas”. Na visão de Organização Pan-Americana da Saúde (2003) a inclusão social é compreendida pela categoria denominada “participação ativa” que inclui as pessoas com deficiência (estrutura ou função corporal e psicológica) na convivência social. Simonelli e Camarotto (2011, p. 13) corroboram com o conceito ao abordarem “o conceito de inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, como são preparadas para assumir seus papéis na sociedade”.

É central para a discussão da inclusão da pessoa com deficiência a formação de uma sociedade inclusiva onde a inclusão social passa-se a ter fundamentalmente na sua estrutura os preceitos de equidade. Neste sentido,

A sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem (ROCHA e MIRANDA, 2009, p. 28).

De acordo com Mazzotta e D’Antino a mediação cultural da sociedade sobre essa temática está atrelada à educação e a inclusão escolar. Segundo os autores é de suma importância a formação dessa cultura, principalmente, para mostrar que as pessoas com deficiência tem direito a educação ao lazer, partilhando as escolas, empresas, cidade e outros espaços estruturados. Para uma educação inclusiva, é necessário a criação de Políticas Públicas inclusivas, e que essas sejam aplicadas. Neste contexto “quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, que possibilitem a eles estar na

escola, interagir, socializar se e aprender, podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel” (BARRETA e CANAN, 2012, p. 7). Os autores alertam que estas práticas devem evidenciar não somente dados quantitativos, mas que reflitam qualidade e equidade na aplicação destas políticas. Como eles bem argumentam “a implementação dessa política não deve acontecer somente em algumas realidades, para um pequeno contingente de alunos e de forma fragmentada” (BARRETA e CANAN, 2012, p. 7).

Percebe-se que políticas públicas de inclusão são de suma importância para toda a sociedade, já que se for planejada e executada de forma correta trará grandes benefícios, sendo nas escolas, universidades, empresa entre outros lugares. Por essa importância:

A formulação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência está, por conseguinte, sendo progressivamente incorporado à agenda política e, conseqüentemente, o acesso a bens e serviços para todos, com equiparação de oportunidades, tornou-se uma demanda evidente para os agentes políticos. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, p. 8).

Assim para criação e implementação de políticas é necessário que haja alguns órgãos que possam fiscalizar e ajudar na produção do mesmo. No caso das pessoas com deficiência o órgão de controle é Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) que tem a função de gerir as políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência. Este conselho foi criado por meio do Decreto 3076 de 01 de junho de 1999 (FRAGA e SOUZA, 1999). Está em tramitação no Congresso Nacional o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem com intuito garantir a integração e a inclusão social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência.

### **3 ESFERA PÚBLICA E A CIDADANIA DELIBERATIVA**

Indubitavelmente, a construção de uma cidadania que envolva a participação de pessoas com deficiência na esfera pública apresenta grandes desafios a serem enfrentados, ainda existem certas defasagens no que tange aos mecanismos de participação e promoção de ações efetivas e afirmativas. De fato, a construção de uma experiência num determinado território, é permeada por diversos fatos, diálogos e eventos inesperados e não lineares que são, na maior parte das vezes, ignorados por boa parte da literatura administrativa tradicional; mas que, por outro lado, estão presentes ao que alguns pesquisadores denominam de cidadania deliberativa (HABERMAS, 2003; TENÓRIO, 2005). Neste contexto, há importantes contribuições do campo da gestão social. Neste campo, apesar das divergências entre si, parece haver uma convergência entre alguns teóricos sobre a necessidade de um processo de gestão que seja dialógico e transparente, no qual as pessoas se comunicam livremente em busca de consensos (TENÓRIO, 2008a; 2008b; FISCHER, MELO, 2006; FRANÇA FILHO, 2008; ABRAMOVAY, 2006; DOWBOR, 1999).

Na medida em que o debate sobre a gestão social se desenvolveu, foram estabelecidos esforços para que os conceitos e práticas fossem relevantes no contexto dos estudos sobre o tema. Um dos pontos de partida dos estudos da gestão social é o referencial habermasiano onde se destaca a discussão sobre a Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1987), sobre a esfera pública e Democracia Deliberativa (HABERMAS, 2003).

A Cidadania deliberativa decorre desta tradição teórica, onde o professor Fernando Tenório da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV) conceituou como: “significa que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2005, p. 105). De fato, a construção de uma experiência num determinado território, é permeada por diversos fatos, diálogos e eventos inesperados e não lineares que são,

na maior parte das vezes, ignorados por boa parte da literatura administrativa tradicional. De outro lado, é possível verificar um esforço de pesquisadores em demonstrar as diferenças entre o que pode ser considerado uma gestão tradicional ou estratégica (TENÓRIO, 2010, 2005) racional e a gestão social participativa e, muitas vezes, não linear. Nesse contexto, os atores locais possuem grande relevância, pois basicamente, são aqueles agentes que no campo político, econômico, social e cultural são portadores e fomentadores das potencialidades locais, de forma geral.

Neste aspecto, emerge a cidadania deliberativa, uma busca por alternativas de solução às demandas locais por intermédio do efetivo exercício de direitos e deveres dos atores nos territórios. A participação de distintos atores na busca por soluções para as demandas sociais, culturais e econômicas nos diversos territórios, proporciona uma análise por meio da aproximação da corrente teórica que trata do processo decisório e a prática. Em suma, a participação de distintos atores locais vistos sob a perspectiva do fluxo de ações e do processo decisório permite reflexões complementares para o campo da gestão social do território, consequentemente da efetivação da cidadania deliberativa voltada para a inclusão de pessoas com deficiência na esfera pública.

O conceito de cidadania deliberativa vai além de se ter direitos civis, políticos e sociais. Tenório (2005, p.105) buscou em Habermas o conceito de cidadania deliberativa afirmando que "a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum". Diversos autores trabalham este conceito na construção da gestão social e na análise de políticas públicas. A cidadania deliberativa é uma cidadania ativa e se relacionam com a presença da sociedade civil como capaz de tematizar problemas na esfera pública (Tenório et al., 2008). Dessa forma, a esfera pública teorizada por Habermas em 1992 é fundamental, servindo para identificar e enfeixar fluxos comunicacionais até o executivo, legislativo e judiciário. De forma mais específica,

tem a ver com o espaço social do qual pode emergir uma formação discursiva da opinião e da vontade política. No seu bojo colidem os conflitos em torno do controle dos fluxos comunicativos que percorrem o limiar entre o mundo da vida e a sociedade civil e o sistema político e administrativo. A esfera pública constitui uma caixa de ressonância dotada de um sistema de sensores sensíveis ao âmbito de toda sociedade, e **tem a função de filtrar e sintetizar temas, argumentos e contribuições, e transportá-los para o nível dos processos institucionalizados de resolução e decisão**, de introduzir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil, a fim de exercer influência e direcionar os processos de regulação e circulação do poder do sistema político, através de uma abertura estrutural, sensível e porosa, ancorada no mundo da vida (LUBENOW, 2010, p. 236, grifo nosso).

Em síntese, a cidadania deliberativa reflete “a ação política deliberativa onde o indivíduo deve participar de um procedimento democrático, decidindo seu destino social como pessoa humana, quer como eleitor, trabalhador ou consumidor” (TENÓRIO *et al.*, 2008, p. 15). No que tange à inclusão de deficientes na esfera pública, a cidadania deliberativa tem um potencial fundamental para a formação de uma reflexão que aponte para mecanismos de institucionalização onde tanto o poder administrativo como político colidem-se de uma forma dialógica na consecução de políticas e arranjos institucionais. Além disso, contribui para a formação de sujeitos emancipados e capazes de se pronunciar na democracia ao votar, trabalhar e ao consumir. No que tange especificamente à inclusão, “apesar de a teoria de Habermas parecer referir-se apenas a pessoas que são capazes de falar por si mesmas ‘naturalmente’”, ou seja, “pessoas que não necessitam de modificação ambientais para participarem do discurso” a

teoria habermasiana contribui para a análise da inclusão de deficientes na esfera pública ao levantar a questão do “respeito à pluralidade humana” (SELLA e MULLER, 2011, p. 181).

Deve-se ressaltar que a definição de inclusão tratada nesta pesquisa relaciona-se à “possibilidade de inclusão no discurso, na ação e na interlocução de todas as pessoas que possam ser afetadas por uma dada situação, tenham essas pessoas deficiência ou não” (SELLA e MULLER, 2011, p. 183). Neste sentido, parte do pressuposto que a inclusão é um processo de humanização que leva o indivíduo a agir comunicativamente em todas as esferas concernentes ao mundo da vida, podendo opinar e fazer escolhas em cada uma delas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa qualitativa tem um caráter descritivo e analítico, pois busca identificar e compreender determinadas características de um fenômeno específico, podendo definir sua natureza e estabelecer interlocuções entre as variáveis e categorias identificadas. Partiu-se da perspectiva de que a pesquisa qualitativa tem a capacidade de “esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica” (FLICK, 2009, p. 8). Neste sentido, a pesquisa norteou-se por uma constante relação com as instituições relacionadas à esfera pública da inclusão de pessoas com deficiência, pois, através dos diálogos entre os docentes/discentes e os atores que formam essa esfera por meio de reuniões, debates, jornadas e palestras. Neste sentido, pautou-se em um processo de construção dialogado, no qual os pesquisadores e pesquisados foram tomados como sujeitos de ação.

Como local de estudo, optou-se pelo município de Lavras pelo critério de localização e acesso aos atores bem como às instituições pesquisadas. A coleta de dados baseou-se em análises documentais, entrevistas e observação (diário de campo). Deve-se ressaltar que esta pesquisa é situada dentro do núcleo INCLUIR que foi designado a partir de um projeto de extensão realizado no ano de 2014 no âmbito do curso de Bacharelado em Administração Pública em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). No âmbito deste projeto foram realizados dois Workshops sob o tema “Inclusão da Pessoa com Deficiência” obtendo-se parcerias com instituições da cidade como a Prefeitura Municipal, o Núcleo de Acessibilidade da IFE e APAE. Foi realizado, primeiramente, o contato com várias instituições da cidade, como o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF – Lavras), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Lavras (APAE) e Prefeitura Municipal de Lavras. Também se fez contato com um órgão que desenvolve projetos e ações de mobilização relacionada ao tema na Universidade Federal de Lavras – UFLA, o Núcleo de Acessibilidade da UFLA - NAUFLA. Os perfil dos atores entrevistados pode ser visto no quadro 01.

#### Quadro 01: Perfil dos Entrevistados

ATOR	PERFIL
P1	Bacharel em Direito, pós-graduado em Educação e Bioética e pessoa com deficiência visual.
P2	Doutor em Administração e pessoa com deficiência física motora (usuário de cadeira de rodas).
P3	Representante da APAE desta cidade.
P4	Coordenadora Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Lavras, o NAUFLA.
P5	Professora do Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além disso, criou-se uma página em uma rede social para nos aproximarmos das pessoas interessadas, bem como divulgarmos as atividades relacionadas ao projeto de extensão. Para tanto, instituímos um grupo de estudos sob o nome de Grupo de pesquisa em Gestão Pública e Cidadania (GPCID) para podermos compartilhar experiências e dialogar sobre o tema

de pesquisa. Neste grupo, teve-se a oportunidade de compartilhar em nosso espaço a experiência de pessoas que vivem o contexto na qual pesquisamos. Seguindo a lógica de que para tratar o tema em questão de forma efetiva, seria necessário obter a visão das pessoas que são objetos/sujeitos de nossa pesquisa, então, nada mais propício do que dialogarmos juntamente com elas. Desta forma, se pode contar com a contribuição e aproximação de uma pessoa com deficiência visual, outra com deficiência motora e também com um intérprete de libras. Para análise dos dados utilizou-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) que segundo Gil (1990, p. 163) é “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto nas comunicações”.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Mediante estas considerações, nossa percepção se dá na preocupação como o assunto de inclusão de pessoas com deficiência na esfera pública tem sido tratado. Esta observação concentra principalmente no que tange às pessoas que são atuantes de organizações e que defendem e lutam pelos direitos de pessoas com deficiência no município de Lavras-MG. Na perspectiva de P1 é de suma importância refletir sobre a responsabilidade social e discutir os temas inclusão, políticas públicas e pessoas com deficiência. Segundo ele o Brasil atualmente prima sobre os direitos das pessoas com deficiência, mas a política muda de quatro em quatro anos promovendo uma descontinuidade das políticas públicas para este público. Nas palavras do entrevistado,

as pessoas com deficiência precisam de ações mais permanentes. Nós temos hoje um arcabouço político extremamente amplo e uma legislação fantástica, mas não está sendo aplicado de forma significativa. Precisamos construir políticas para atender a demanda das pessoas com deficiência. Não adianta sentar e colocar política de inclusão em um documento e fingir que vai começar a executar, o importante é como essa vai chegar ao seu produto final, que são as pessoas com deficiência (P1).

Ele acrescenta que as pessoas com deficiência são hoje uma comunidade de pelo menos (números do censo de 2010) 45 milhões, que equivalem cerca de 25% da população brasileira. Por ser um público relativamente grande, é de suma importância começar a pensar nesse grupo. Desta forma segundo P1, a sociedade como um todo deve ser responsável por fomentar a implementação de políticas e a consolidação de direitos que se voltam para pessoas com deficiência. Sob o ponto de vista P2, assim como P1, as políticas públicas para a pessoa com deficiência tem avançado, entretanto há muitas falhas na aplicação dessas políticas. Em sua percepção somente agora recentemente a exposição da realidade da pessoa com deficiência tem sido discutida, no entanto ainda falta uma consciência coletiva e social sobre esta temática na sociedade. Ele menciona que na sociedade em geral ainda há muito preconceito quanto às pessoas com deficiência que pode ser visualizado no fato de que no Brasil, em geral, os anseios deste grupo permanecem escondidos da sociedade como um todo. P2 diz que o preconceito se torna um elemento que dificulta a inserção das pessoas com deficiência no setor público e isso reflete na exclusão dessas pessoas. Em suas palavras, “ainda vivemos em uma sociedade muito individualista, onde ainda predomina a ausência da consciência coletiva sobre companheirismo e trocas baseadas na dádiva” (P2).

No contexto da pessoa com deficiência isso é um fator bastante limitante para a inclusão. Ele fala também que no caso dele (usuário de cadeiras de rodas) as políticas de acessibilidade (tecnologias e estrutura) já estão mais desenvolvidas, no entanto, segundo ele ainda existem deficiências em que não há o desenvolvimento de uma estrutura e de tecnologias que tornem suas vidas acessíveis. Em suas próprias palavras, por mais que exista o discurso sobre inclusão “difícil é colocar na cabeça da população que a inclusão de pessoas com deficiência é de extrema importância” (P2). Para tanto, P2 acredita que ainda há um caminho grande para



percorrer no Brasil, em termos de políticas públicas e conscientização da sociedade para o tema da pessoa com deficiência. Possíveis saídas ao preconceito e para inclusão é a criação de espaços de consciência coletiva para que a sociedade possa conhecer a realidade da pessoa com deficiência que segundo ele vai além da criação de arcabouços legais para dirimir a causa da pessoa com deficiência.

A entrevistada P3 fez suas contribuições no debate trazendo exemplos vivenciados no seu dia a dia na instituição a qual está representando, contando quais projetos esta instituição promove em prol da inclusão de pessoas com deficiência, tanto em ambientes familiares, escolares, profissionais e em comunidade. Em suas palavras, a APAE tem um papel fundamental na discussão dos interesses da pessoa com deficiência.

a APAE em seus projetos de desenvolvimento de habilidades dos alunos, além de inserir estes alunos em vários ambientes (escolas, trabalho e sociedade), se empenha para que estes alunos também se sintam pertencentes a estes ambientes. Este sentimento de pertencimento torna-se tão ou mais importante que uma capacitação profissional ou desenvolvimento de habilidades, mas uma forma do aluno se sentir membro de um grupo, de uma sociedade (P3).

Neste contexto, além da implementação de políticas públicas efetivas também há falta de capacitação entre os atores envolvidos. Segundo P4 “podemos detectar a falta de profissionais capacitados e preparados para lidar com o tema, muitas vezes, nem pertencentes ao seu campo de estudo e atuação”. Além disso, a entrevistada aponta para a falta de articulação das organizações representativas dos interesses da pessoa com deficiência. Neste sentido, segundo ela, há a carência de uma comunicação mais efetiva para que as organizações conheçam o que a outra está fazendo para que haja um compartilhamento de informações e ações mútuas. Segundo ela é essencial que as organizações se aproximem, sobretudo no contexto da IFES em questão que é um local fundamental para que a inclusão da pessoa com deficiência seja abordada de uma maneira satisfatória. Ela faz questão de mencionar que ainda estamos distantes desta perspectiva, pois, as articulações em termos de políticas públicas e tecnologias são esparsas e orientadas para pequenos grupos. Ela ressalta a importância do NAUFLA para a instituição por promover a discussão da pessoa com deficiência por meio de eventos periódicos e por representar um apoio aos estudantes que apresentam algum tipo de deficiência. Apesar de reconhecer os limites da atuação do núcleo ela menciona a importância do núcleo para a transformação e engajamento no debate da pessoa com deficiência.

No que tange às organizações da sociedade civil como o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF – Lavras) observamos uma desarticulação muito grande entre as pessoas que o representam sendo que ao buscar estabelecer um diálogo com a instituição não obteve-se sucesso. Apesar de se ter buscado constantemente o contato com algum representante da instituição não obteve-se sucesso. Interpretou-se esta falta de uma pessoa responsável trazer à tona as ações e as políticas implementadas pelo COMDEF como uma ineficaz atuação do conselho. Questiona-se a efetividade deste conselho que seria responsável pela discussão do interesse das pessoas com deficiência no município, e no momento da pesquisa não havia um representante efetivo.

Numa perspectiva voltada para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho P1 menciona que “mais importante que inserir, é necessário que se faça presente mecanismos de capacitação para a pessoa com deficiência em sua ascensão na carreira profissional”. O entrevistado aponta justamente para a necessidade do desenvolvimento de tecnologias que tornem acessíveis o trabalho da pessoa com deficiência. Segundo o entrevistado, o foco ainda se dá no meio discursivo. As empresas buscam pessoas com deficiência apenas para cumprir a cota exigida por lei. Além, em grande parte, a busca das

peças por inserir peças com deficiência no mercado de trabalho é motivada pelo reforço do discurso da responsabilização social. “Ora, se é garantido por lei as empresas apenas estão cumprindo com seu dever” diz P1. No entanto, utiliza-se dessa conta como mecanismo de promoção da responsabilidade social destas empresas. O debate central fica aquém do que é necessário, pois, a parte mais fragilizada (a pessoa com deficiência) ainda se submete ao subtrabalho por não obter tantas oportunidades para desenvolvimento de suas habilidades.

Segundo P5 este debate ainda é incipiente no contexto local e nacional. Em suas palavras

“acho que é um tema importante e a gente debate infelizmente muito pouco no âmbito da nossa instituição e da administração pública. No entanto, é fundamental que os gestores públicos do futuro tenham a visão diferente do que nós temos hoje porque isso é um dos passos determinantes para a gente reverter uma série de dificuldades que a gente enfrenta e a efetivação de uma série de políticas” (P5).

P5 insere no debate a perspectiva da administração pública. Segundo ela, numa perspectiva democrática é essencial que a formação dos egressos do curso de Bacharelado em Administração pública estejam sendo formados com os valores voltadas para o entendimento da inclusão da pessoa com deficiência na esfera pública. Estes valores, no entanto devem refletir de fato o interesse das pessoas com deficiência e que implique na atuação dos futuros gestores públicos por influenciar as agendas de políticas públicas para estes interesses. É fundamental, segundo ela, o papel da Universidade para a formação de gestores públicos sensíveis com essa temática. Sobretudo, no que concerne ao interesse pelas causas das pessoas com deficiência. Neste sentido, defende que uma gestão pública mais participativa envolve a inclusão de pessoas com deficiências e mecanismos (tecnologias) de acessibilidade para os mesmos.

De modo geral os entrevistado percebem que ainda há muito a avançar no debate sobre a formação da esfera pública no município de Lavras – MG. Para seu pleno desenvolvimento é consenso entre todos os entrevistados a necessidade de participação das pessoas com deficiências. P1 e P2 corrobora ao mencionar que as pessoas com deficiência querem apenas a garantia que sua participação seja efetiva. Para isso é essencial a construção de tecnologias que garantem a acessibilidade. A acessibilidade, no entanto, por si só, não garante a participação efetiva das pessoas com deficiência diz P2 e P5. É substancial que o debate, neste sentido, seja desenvolvido por meio do diálogo para que os interesses deste grupo de pessoas sejam efetivamente atendidos diz P3 e P4.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um dos pressupostos inerentes à esta pesquisa é que a participação efetiva da pessoa com deficiência vai muito além da perspectiva da acessibilidade. O conceito de cidadania deliberativa utilizado neste trabalho, desta maneira, vai ao encontro da expectativa dos autores que formam a esfera pública da pessoa com deficiência no município de Lavras, sobretudo aqueles que estão presentes no contexto da IFES em questão. Como visto há ainda um espaço para conquistas importantes no que tange às políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no município, pois apesar de haver organizações inclusive conselho gestor representativo dos interesses desses grupos ainda falta articulação em termos institucionais para que sejam implementadas políticas efetivas. Especificamente, cabe mencionar o grau de atuação do conselho gestor da pessoa com deficiência no município. Como se viu, há ainda um trabalho tímido frente ao potencial deliberativo desta instituição. Apesar de estabelecer vínculos diretos com o poder central administrativo (prefeitura municipal), o conselho não tem sido efetivo na busca por implementação de políticas públicas para a pessoa com deficiência.

Na pesquisa realizada, também se viu a importância de estabelecer tecnologias para que garantem o acesso dessas pessoas nos meios institucionais e também no mercado de trabalho.

Apesar de admitir que o conceito de inclusão destacado nesta pesquisa vai para além da perspectiva da acessibilidade, é a partir dela que o debate começa a tornar mais efetivo. Neste sentido, é importante mencionar o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Lavras como importante articulador dos interesses das pessoas com deficiência no município. O que falta é justamente a dita articulação destes atores. Nesta articulação é pressuposto fundamental a participação dos maiores interessados que são as pessoas com deficiência. Não tem como incluir na agenda os interesses destas pessoas se elas não estiverem inseridas na formulação de políticas voltadas para este público.

Esta pesquisa, desta maneira contribui para o entendimento de que as políticas públicas para as pessoas com deficiência devem incluir pessoas com deficiência no processo de definição de agenda, de formulação, implementação e controle. Isto é, a participação efetiva das pessoas com deficiência deve ser ativa em todo o processo de elaboração da política pública. Isso implica em rever o distanciamento existente frente as pessoas tomadas como “normais” e daquelas tomadas como “deficientes”. A visão colonizadora dos “normais” frente aos “deficientes” começa inclusive no discurso perfazendo as práticas estabelecidas tanto no contexto das políticas públicas quanto no mundo do trabalho. Rever os padrões de normalidade estabelecidos em nossa sociedade torna-se elemento central para se obter uma esfera pública dialógica e participativa. A revisão destes padrões passa, sobretudo, pela uma atuação mais proativa das instituições municipais em promover as condições necessárias (ideológicas, estruturais) para que as pessoas com deficiências possam ter o interesse em participar.

No município de Lavras, Minas Gerais, como se viu, há um arranjo institucional propício para tornar esta esfera influenciadora do poder político. A Universidade Federal de Lavras, por meio da figura do Núcleo de Acessibilidade – NAUFLA, torna-se fundamental neste processo como aglutinadora dos interesses potenciais das pessoas com deficiência no município e também na região do sul de Minas Gerais. Com vistas a uma reflexão final, colocamos que ao percorrer o caminho proposto buscamos estabelecer uma forma de trabalho aberta e reflexiva. Para tanto, consideramos que as relações construídas durante este trabalho se alinha a uma perspectiva dialógica e compartilhada. A formação de uma opinião pública sobre a pessoa com deficiência, neste sentido, perpassa toda esta perspectiva dialógica. É central, neste sentido que o discurso sobre este tema seja reconfigurado. Neste sentido, para finalizar, acreditamos assim como Mário Quintana que “deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter a consciência de que é dono do seu destino”.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de los estúdios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (ORGs.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Ediciones Ciccus, Buenos Aires, pp. 51-70, 2006. < Disponível em <http://www.abramovay.pro.br/artigoscientifico/2006>>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 223 p.

BARRETTA, E. M.; CANAN, S. R. Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. In: **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (ANPED SUL)**. Curitiba, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Gestão social e transformação da sociedade**, 1999. Artigos on line. Disponível em: [http://dowbor.org/8\\_gestaosocial.asp](http://dowbor.org/8_gestaosocial.asp). Acesso em: 20.08.2009.

- FISCHER, T.; MELO, V. P. Programa de Desenvolvimento e Gestão Social: uma construção coletiva. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MEL, V. P. (ORGs). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.
- FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009. 196 p.
- FRAGA, M. N.O.; SOUSA, A. F. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. **Rev. Eletr. Enf.** p. 418-423, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C. Definido Gestão Social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (ORGs.). **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 1990. 128 p.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista**. Traducción de Manuel Jiménez Redondo. Madrid, Taurus, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. São Paulo, p.7, 2002.
- LUBENOW, Jorge A. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 121, p. 227-258, 2010.
- MAZZOTTA, M. J. da S.; D'ANTINO, M.E.F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc. São Paulo**, vol.20, n.2, pp.377-389, 2011.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Saúde Pública. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. São Paulo: EDUSP, 2003.
- ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (ORGs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Conferências nacionais dos direitos das pessoas com deficiência: balanço dos avanços das políticas públicas no Brasil**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 13 jul. 2016.
- SELLA, Ana. C.; MULLER, Maria C. É possível a ética do discurso de Habermas para pessoas com deficiência? **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 17, n. 2, p. 181-194, maio/ago. 2011.
- SIMONELLI, A. P.; CAMAROTTO, J. A. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 18, n. 1, p. 13-26, 2011.
- TENORIO, Fernando G. et al. Critérios para avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Salvador. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tem razão a administração?** 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Um espectro ronda o terceiro setor:** o espectro do mercado. 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b

\_\_\_\_\_. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, p.p.. 101-124, 2005.

\_\_\_\_\_. Gestão Social: uma réplica. In RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. (ORGs.). **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.